



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 807/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1503/2015 (7 volumes).**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Central de Medicamentos da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – CEMA.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. José Duarte dos Santos Filho, Secretário Executivo da CEMA e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAD – Informação Conclusiva nº 227/2016 (fls. 1237/1258).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4877/2016–MPC–FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 1259/1206v).

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Central de Medicamentos da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – CEMA. Exercício de 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Determinações à CEMA, à COMGOV e à DICAD. Notificação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Central de Medicamentos da Secretaria do Estado da Saúde do Amazonas – CEMA, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa, Sr. **José Duarte dos Santos Filho**, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei n.º 2.423/96, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**9.2- Aplicar Multa** ao Sr. **José Duarte dos Santos Filho**, ordenador de despesa da CEMA, exercício de 2014, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, no valor de R\$ **4.400,00** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelas improbidades apontadas nos itens 30/45, do Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na **Dívida Ativa** e instauração da **Cobrança Executiva**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 807/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.3- Determinar à Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - CEMA:**

**9.3.1- Que adote** medidas visando cobrar o exercício do Controle Interno pela Controladoria Geral do Estado, assim como para fornecer os meios necessários para o alcance de tal fim;

**9.3.2- Que adote** as medidas cabíveis para a estruturação do sistema de armazenamento de medicamentos termolábeis, vide itens 24/27, do Relatório/Voto;

**9.3.3- Que adote** medidas para otimizar o planejamento voltado para o atendimento da demanda de medicamentos para as Unidades Hospitalares de sua competência; evitando, dessa feita, a realização de contratações diretas em burla ao princípio da prévia licitação;

**9.3.4- Que adote** as medidas necessárias para dar ao Grupo Técnico de Padronização de Procedimentos Clínicos, Medicamentos e Produtos para a Saúde do Estado a eficiência que os princípios administrativos exigem na atuação da Administração Pública;

**9.3.5- Que adote** as medidas cabíveis junto a SEFAZ, visando realizar Atas de Registro de Preço capazes de atender a real demanda das unidades de saúde do Estado do Amazonas;

**9.3.6- Que realize** estudos acerca da elaboração dos calendários de entrega dos medicamentos e materiais hospitalares, adotando padrões que permitam a existência de alguma expectativa de entrega, garantindo um certo grau de segurança jurídica aliada ao princípio da confiança;

**9.4- Determinar à COMGOV** - Comissão Contas Governo do Estado, que inclua a temática tratada nos itens 11/15, do Relatório/Voto, no seu escopo de auditoria, detectando a extensão do exercício do Controle Interno no âmbito do Poder Executivo Estadual;

**9.5- Determinar à Comissão de Inspeção - DICAD/AM:**

**9.5.1- Que verifique** se a origem efetuou as correções nas divergências encontradas no saldo da Conta Caixa e Equivalente de Caixa, com o Extrato de Fundos de Investimento, conforme item 16/17, do Relatório/Voto;

**9.5.2- Que constate** a regularização das problemáticas relativos ao Controle Patrimonial, matéria tratada nos itens 18/23, do Relatório/Voto;

**9.5.3- Que verifique** as medidas adotadas para saneamento das questões relativas ao armazenamento de medicamentos termolábeis, tratado nos itens 24/27 do Relatório/Voto;

**9.5.4- Que verifique** se o controle do endereçamento dos medicamentos termolábeis está em regular funcionamento;

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 807/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.6- Notificar** o Sr. **José Duarte dos Santos Filho** com cópia do Relatório/Voto e o presente Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

**10- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 04 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral